

Sumário

Sobre os Autores	7
Agradecimentos de FABRÍCIO DA MOTA ALVES	11
Agradecimentos de RODRIGO BORGES VALADÃO	15
Nota Prévia.....	17
Prefácio de INGO WOLFGANG SARLET	23
Abreviaturas	33
1. Breve história da disciplina	35
1.1. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais	38
1.2. Evolução Legislativa	42
1.3. Gerações das Leis de Proteção de Dados Pessoais	46
1.4. Proteção de Dados Pessoais no Mundo	48
1.5. Proteção de Dados Pessoais no Brasil.....	50
1.6. O Futuro da Proteção de Dados: Rumo à Integridade Digital (?)	52
2. Fundamentos.....	59
2.1. Respeito à Privacidade	60
2.2. Autodeterminação Informacional.....	61
2.3. Liberdade de Expressão	62
2.4. Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	64

2.5. Livre Iniciativa, Livre Concorrência e Defesa do Consumidor	65
2.6. Livre Desenvolvimento da Personalidade	69
3. Princípios	71
3.1. Princípio da Boa-Fé	74
3.1.1. Deveres Fiduciários Informativos	78
3.1.2. Integridade Contextual	80
3.2. Princípio da Transparência	81
3.3. Princípio do Livre Acesso	84
3.4. Princípio da Finalidade	85
3.5. Princípio da Minimização	88
3.6. Princípio da Qualidade	90
3.7. Princípio da Não Discriminação	91
3.8. Princípio da Segurança	93
3.9. Princípio da Prevenção	94
3.10. Princípio da Responsabilização e da Prestação de Contas (<i>Accountability</i>)	95
4. Escopo	97
4.1. Escopo Objetivo (ou Material)	98
4.1.1. Tratamento	99
4.1.2. Dado Pessoal	102
4.1.2.1. Qualquer Informação	103
4.1.2.2. Relacionada (a)	107
4.1.2.3. Pessoa Natural	109
4.1.2.4. Identificada ou Identificável	114
4.1.3. Dado Pessoal Sensível	117
4.1.3.1. Origem Racial ou Étnica	121
4.1.3.2. Convicção Religiosa (e/ou Filosófica):	121
4.1.3.3. Opinião Política:	122
4.1.3.4. Filiação a Sindicato ou a Organização de Caráter Religioso, Filosófico ou Político:	123

4.1.3.5. Dado Referente à Vida Sexual	124
4.1.3.6. Dado Referente à Saúde	125
4.1.3.7. Dado Genético	126
4.1.3.8. Dado Biométrico	127
4.1.4. Outras Categorias	129
4.1.4.1. Metadados	130
4.1.4.2. Dado Anônimo	133
4.1.4.3. Dado Pseudonimizado	139
4.1.4.4. Dado Sintético	141
4.1.4.5. Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes	142
4.1.4.6. Dados Pessoais Publicamente Disponíveis	147
4.1.4.6.1. Dado Pessoal de Acesso Público	148
4.1.4.6.2. Dados Pessoais Tornados Público pelo Titular	149
4.1.4.6.3. Parâmetros para o Tratamento Secundário de Dados Pessoais Publicamente Disponíveis ...	151
4.1.5. Derrogações	154
4.1.5.1. Tratamento Realizado por Pessoa Natural para Fins Exclusivamente Particulares e Não-Econômicos .	155
4.1.5.2. Tratamento Realizado para Fins Jornalísticos, Artísticos ou Acadêmicos	157
4.1.5.3. Tratamento Realizado para Finalidades de “Segu- rança Pública”	162
4.1.5.4. Mero Armazenamento de Dados Coletados no Exterior	167
4.2. Escopo Subjetivo	168
4.2.1. Titular de Dados	169
4.2.1.1. Natureza Jurídica do Direito aos Dados Pessoais.	169
4.2.1.2. Direitos do Titular	173
4.2.1.2.1. Direitos Relativos à Informações	174
4.2.1.2.2. Direitos Relativos à Ações	176
4.2.2. Agentes de Tratamento	188

4.2.2.1. Controlador	191
4.2.2.1.1. Como identificar o Controlador?.....	193
4.2.2.1.2. Controladoria Conjunta	198
4.2.2.1.3. Obrigações do Controlador.....	202
4.2.2.2. Operador	204
4.2.2.2.1. Suboperador.....	207
4.2.2.2.2. Obrigações do Operador	208
4.2.2.3. Responsabilidade Civil.....	208
4.2.3. Terceiro	214
4.3. Escopo Territorial.....	215
4.4. Escopo Temporal	221
4.4.1. Entrada em Vigor da LGPD	221
4.4.2. Base Legada.....	223
5. Bases legais	225
5.1. Consentimento	228
5.2. Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória.....	234
5.3. Execução de Políticas Públicas	236
5.4. Realização de Estudos por Órgãos de Pesquisa	240
5.5. Execução de Contrato	242
5.6. Exercício Regular de Direito	244
5.7. Proteção da Vida, Incolumidade Física e Tutela da Saúde ...	245
5.8. Proteção do Crédito	246
5.9. Legítimo Interesse	247
5.9.1. Requisitos.....	248
5.9.2. Teste de Balanceamento.....	253
5.9.3. Categorias Especiais de Dados Pessoais	256
5.9.4. Poder Público	258
6. Accountability	259
6.1. Privacy by Design / Privacy by Default.....	261

6.2. Encarregado (DPO).....	264
6.2.1. Origens e Desenvolvimento	264
6.2.2. Atribuições	266
6.2.2.1. Atribuições Primárias (ou Relacionais)	267
6.2.2.2. Atribuições Secundárias (ou Consultivas).....	268
6.2.3. Designação	270
6.2.4. Qualificações	272
6.2.5. Identificação.....	273
6.2.6. Garantias.....	274
6.2.7. Conflito de Interesses.....	275
6.3. Registro das Operações de Tratamento	277
6.4. Avaliação dos Riscos.....	279
6.5. Implementação das Medidas de Segurança.....	288
6.6. Comunicação de Incidentes de Segurança	291
6.7. Boas Práticas.....	294
6.7.1. Certificações e Selos.....	295
6.7.2. Códigos de Conduta	297
7. Transferência internacional de dados.....	301
7.1. Definição	302
7.2. Hipóteses Permissivas.....	306
7.2.1. Decisão de Adequação	307
7.2.1.1. Sistema Europeu	308
7.2.1.2. Sistema Brasileiro	310
7.2.1.2.1. Critérios	310
7.2.1.2.2. Procedimento	311
7.2.2. Apresentação de Garantias Adicionais.....	313
7.2.2.1. Cláusulas-Padrão Contratuais.....	313
7.2.2.2. Cláusulas Contratuais Específicas	315
7.2.2.3. Normas Corporativas Globais	316

7.2.2.4. Selos e Certificados	317
7.2.2.5. Códigos de Conduta	317
7.2.3. Derrogações	317
8. Supervisão	323
8.1. Natureza Jurídica da ANPD	324
8.2. Características	327
8.3. Estrutura	328
8.4. Atribuições	330
8.4.1. Normativas	332
8.4.2. Fiscalizatórias	335
8.4.3. Sancionatórias	338
8.4.3.1. Natureza da Infração	338
8.4.3.2. Tipicidade da Infração	339
8.4.3.3. Critérios para Aplicação	341
8.4.3.4. Definição da Sanção	342
8.4.4. Interinstitucionais	348
8.4.4.1. Comunicação	349
8.4.4.2. Articulação	350
8.4.4.3. Coordenação	353
8.5. Relacionamento com Outros Órgãos Públicos	355
8.5.1. Controle sobre a ANPD	355
8.5.2. Limites Setoriais	357
Bibliografia	361